

Política

PERSPECTIVA
das obras do
Terminal da
Petrobras
em Barra do
Riacho: prejuízo
com formiga
saúva-preta
(destaque) em
16% da área



OPERAÇÃO LAVA A JATO

Formiga elevou obra em R\$ 64,3 milhões

A saúva-preta, que é ameaçada de extinção, foi a responsável por encarecer o Terminal Aquaviário em Aracruz, segundo empreiteira

SÃO PAULO

A descoberta de formiga ameaçada de extinção da espécie *Atta Robusta*, mais conhecida como saúva-preta, em área de uma obra da Petrobras, foi um dos motivos para a Mendes Júnior Engenharia, outra empresa investigada na Lava a Jato, cobrar ressarcimentos depois que o contrato já estava encerrado, por meio de transação extrajudicial.

A empresa havia recebido R\$

493,5 milhões para prestar serviços no Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, em Aracruz (ES). Em dezembro de 2010, a Petrobras aceitou pagar um extra de R\$ 64,3 milhões por razões diversas, entre elas “dificuldades geradas por motivos de ordem ambiental”.

Uma comissão de negociação da estatal cobrou da Mendes Júnior mais provas dos prejuízos com a formiga, que fora localizada em 16% da área da obra. A empresa não as apresentou, mesmo assim conseguiu negociar o pagamento por horas adicionais de seus funcionários na obra.

O trabalho na área foi liberado apenas 15 dias depois da descoberta da espécie. Em outra negociação extrajudicial, a Mendes Júnior obteve R\$ 20,8 milhões além dos R\$ 49,9 milhões que havia recebido

por uma adutora na Refinaria Duque de Caixas, na cidade homônima, no Rio de Janeiro.

O contrato foi assinado em março de 2003 e encerrado em setembro de 2005. Dois anos depois, a empresa conseguiu receber o pagamento extra alegando atraso na entrega de materiais por parte da Petrobras, “interação com a comunidade de forma imprevista”, a ocorrência de chuvas excepcionais e até a condição do solo.

“Nos locais das travessias dos rios o solo comportava-se muitas vezes de maneira imprevisível, demandando o uso de procedimentos não convencionais”, argumentou. Procurada, a construtora não quis se pronunciar. Outras empresas investigadas também celebraram transações extrajudiciais.

Procurador defende prisões

BRASÍLIA

O procurador regional da República em Porto Alegre Manoel Pastana defendeu a manutenção da prisão de nove executivos e do ex-diretor da Petrobras Renato Duque. Eles recorreram ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região para obter habeas-corpus contra a decisão do juiz responsável pela Operação Lava a Jato, Sérgio Moro, de Curitiba.

O TRF pediu o parecer de Pastana nos dez casos. A decisão sobre a soltura caberá ao relator dos processos, o desembargador João Pedro Gebran Neto, da 8ª Turma do TRF. Não há prazo para a decisão. Treze pessoas permanecem presas na Polícia Federal de Curitiba.

Em seus pareceres, o procurador escreveu que o escândalo revelado pela Lava a Jato é “gigantesco, sem



PASTANA: parecer contra os presos

precedente na história do País, fazendo o mensalão parecer pequeno”. Semana passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes também fez comparação entre os esquemas.

Construtora enviou à CPI documentos falsos

A construtora Engevix enviou à CPI mista da Petrobras documentos classificados como fraudulentos pela Justiça Federal do Paraná. São notas fiscais e contratos de prestação de consultoria com a Empreiteira Rigidez, a MO Consultoria e a GFD Investimentos.

As três empresas, no entanto, são de fachada, segundo já admitiu o doleiro Alberto Youssef, que as controlava, e os serviços não foram feitos. O vice-presidente da Engevix, Gerson de Mello Almada, é um dos executivos que permanecem presos em Curitiba. A apresentação destes mesmos contratos e notas pode ser considerado crime de uso de documento falso.